

## REFERÊNCIA DE PUBLICAÇÃO: CIG 9486793D3B

Ao apresentarem uma proposta, os proponentes devem seguir todas as instruções, formulários, caderno de encargos, disposições contratuais e especificações constantes do presente processo do concurso. Se o proponente não apresentar todas as informações e documentos necessários dentro do prazo fixado, a sua proposta pode ser rejeitada.

As presentes instruções definem as regras para a apresentação e seleção das propostas. As presentes instruções são aplicáveis ao presente concurso, em conformidade com o guia prático (disponível no seguinte endereço Internet: <https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/ePRAG>).

### 1. Serviços a prestar

Os serviços requeridos pela entidade adjudicante são descritos no caderno de encargos e figuram no anexo II do projeto do contrato, que constitui a parte B do presente processo do concurso.

### 2. Calendário

	DATA	HORA
Data-limite para solicitar esclarecimentos à entidade adjudicante	21/11/2022	16.30*
Data-limite para a prestação de esclarecimentos pela entidade adjudicante	23/11/2022	-
Data-limite para a apresentação das propostas	01/12/2022	16.30*
Data de conclusão da avaliação das propostas técnicas	16/12/2022 <sup>□</sup>	-
Notificação da adjudicação do contrato	23/12/2022 <sup>□</sup>	-
Assinatura do contrato:	30/12/2022 <sup>□</sup>	-
Data de início	01/01/2023 <sup>□</sup>	-

Apresentação em papel: Fuso horário do Maputo, Mozambique  
<sup>□</sup> Data provisória

### 3. Participação, peritos e subcontratação

- a) As pessoas singulares ou coletivas não estão autorizadas a participar neste concurso nem lhes poderá ser atribuído um contrato se se encontrarem numa das situações referidas na rubrica 2.4 (medidas restritivas da UE) e nos pontos 2.6.10.1.1 (critérios de exclusão) ou 2.6.10.1.2. (rejeição de

participação num concurso) do **guia prático**. Caso se encontrem numa destas situações, a sua proposta será considerada inapropriada ou irregular.

- b) Nos casos enumerados no artigo 2.6.10.1.1 do **guia prático**, os proponentes podem ser excluídos dos procedimentos de adjudicação financiados pela EU/AICS e ser objeto de sanções financeiras de montante até 10% do valor total do contrato em conformidade com o regulamento financeiro em vigor.
- c) Os operadores económicos ou consórcios pré-selecionados não podem formar alianças com quaisquer outras sociedades nem subcontratar serviços entre si para efeitos da execução do presente contrato.
- d) O contrato entre o proponente/adjudicatário e os seus peritos, ou o terceiro que disponibiliza esses peritos, deverá conter uma disposição segundo a qual o contrato está sujeito à aprovação do país parceiro. Recomenda-se, além disso, que contenha uma cláusula de resolução de litígios.

#### 4. Conteúdo das propostas

As propostas, os documentos relacionados com a proposta e toda a correspondência trocada entre o proponente e a entidade adjudicante devem ser redigidos em português.

Os documentos comprovativos e as brochuras apresentadas pelo proponente podem estar redigidos numa outra língua oficial da UE. Para efeitos de interpretação da proposta, prevalece a língua do concurso.

A proposta deve incluir uma proposta técnica e uma proposta financeira, que devem ser apresentadas em sobrescritos separados (ver cláusula 8). A proposta técnica e a proposta financeira devem ser constituídas por um (1) original, que deve ostentar claramente a menção «**Original**», e por uma (1) cópia, com a menção «**Cópia**».

No sobrescrito separado em que é apresentada a proposta técnica impressa deve ser igualmente incluída a versão eletrónica da proposta técnica. No sobrescrito separado em que é apresentada a proposta financeira impressa deve ser igualmente incluída a versão eletrónica da proposta financeira. Em caso de discrepância entre a versão eletrónica e a versão original impressa, prevalece a versão impressa.

O incumprimento do disposto nas cláusulas 4.1, 4.2 e 8 constitui uma irregularidade que pode originar a rejeição da proposta.

##### 4.1. Proposta técnica

A proposta técnica é constituída pelos documentos a seguir enumerados.

Os documentos enumerados nos pontos 1 a 4 devem ser apresentados no prazo fixado para a apresentação das propostas.

As provas documentais enumeradas nos pontos 5 e 6 infra não devem ser apresentadas no prazo fixado para a apresentação das propostas. Estas devem ser preparadas pelos proponentes e conservadas para poderem ser disponibilizadas à entidade adjudicante. A entidade adjudicante pode, em qualquer momento do procedimento de adjudicação, solicitar as provas documentais. Se for o caso, o proponente deverá apresentar os documentos comprovativos solicitados num curto prazo. Em todos os casos, o proponente selecionado pela comissão de avaliação para a adjudicação do contrato será convidado a apresentar os documentos comprovativos enumerados nos pontos 5 e 6 abaixo antes da adjudicação do contrato.

- (1) **O formulário de apresentação da proposta** (constante do presente processo do concurso, Parte D) que incluirá:

- a) Uma **declaração** assinada, utilizando o modelo anexo ao formulário de apresentação da proposta.

- b) Uma **ficha de identificação financeira** devidamente preenchida (ver anexo VI do projeto do contrato) de que constem os dados da conta bancária prevista para o depósito dos pagamentos no âmbito do contrato, caso este venha a ser adjudicado ao proponente em causa. (Se já tiver celebrado outro contrato com a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Escritório de Maputo o proponente pode, quer indicar o número da sua ficha de identificação financeira, quer fornecer uma cópia da ficha anteriormente entregue, salvo se, entretanto, tiver havido uma alteração).
  - c) A **ficha de entidade jurídica** e os documentos comprovativos conexos. (Se já tiver celebrado outro contrato com a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Escritório de Maputo, o proponente pode, quer indicar o número da sua ficha de entidade jurídica, quer fornecer uma cópia da ficha anteriormente entregue, salvo se, entretanto, o seu estatuto jurídico tiver sido alterado).
  - d) Assinatura da pessoa devidamente autorizada: um documento oficial (estatutos, procuração, declaração notarial, etc.) que comprove que a pessoa que assina em nome da empresa/empresa comum/consórcio está devidamente autorizada para o efeito.
- (2) A **organização e metodologia** (que constituirá o anexo III do contrato), a elaborar pelo proponente, utilizando o modelo que figura no anexo III do projeto de contrato.
- (3) A **conservar pelo proponente e a apresentar mediante pedido (ver a parte introdutória do ponto 4.1)**: provas documentais ou declarações exigidas pela legislação do país de estabelecimento da sociedade (ou de cada sociedade, no caso de consórcios), dos subcontratantes e das entidades que proporcionam capacidades, que comprovem que não se encontram em nenhuma das situações de exclusão previstas no artigo 2.6.10.1 do guia prático. As provas, documentos ou declarações devem ter uma data que não pode ser anterior em mais de um ano à data da apresentação da proposta. Além disso, o proponente selecionado deve apresentar uma declaração que ateste que, desde a data da emissão dos referidos documentos, não se verificou qualquer alteração da sua situação.

Se, em virtude da sua natureza, a entidade do proponente não for abrangida pelas situações de exclusão e/ou não puder apresentar os documentos acima indicados (por exemplo, administrações públicas nacionais e organizações internacionais), queira apresentar uma declaração que esclareça essa situação.

A entidade adjudicante pode dispensar os proponentes da apresentação das provas documentais acima referidas se tais documentos já tiverem sido apresentados no âmbito de outros procedimentos de adjudicação de contratos anteriores e desde que a emissão dos mesmos não date de há mais de um ano e que ainda sejam válidos. Nesse caso, os proponentes devem declarar sob compromisso de honra já ter apresentado os documentos num procedimento de adjudicação de contratos anterior e confirmar que a sua situação não se alterou após a respetiva apresentação.

- (4) A **conservar pelo proponente e a apresentar mediante pedido (ver a parte introdutória do ponto 4.1)**: provas documentais da situação financeira e económica e da capacidade técnica e profissional de acordo com os critérios de seleção especificados no anúncio de concurso/informações adicionais sobre o anúncio de concurso anexo (ver também o artigo 2.6.11 do guia prático). No respeitante aos critérios técnicos de seleção, só lhe será solicitado que apresente provas documentais das referências que lhe permitiram ser pré-selecionado.

Se as provas documentais apresentadas estiverem redigidas numa língua oficial da União Europeia distinta da utilizada no concurso, recomenda-se vivamente que seja facultada uma tradução na língua do processo do concurso a fim de facilitar a avaliação dos documentos. Relativamente às provas documentais ou

declarações, podem ser apresentadas quer cópias quer originais. Se forem apresentadas cópias, as versões originais deverão estar disponíveis para serem enviadas à entidade adjudicante a pedido desta.

Recorda-se aos proponentes que a prestação de informações falsas no âmbito do presente processo de concurso poderá provocar a rejeição da proposta e a sua exclusão de todos os concursos e contratos financiados pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento.

#### **4.2. Proposta financeira**

A proposta financeira deve ser apresentada em Meticais, MZN e ser apresentada utilizando o modelo para os contratos por preço global do anexo V da Parte B do presente processo do concurso.

O preço global poder ser fracionado por realizações se o caderno de encargos o exigir.

No sobrescrito separado em que é apresentada a proposta financeira impressa deve ser igualmente incluída a versão eletrónica da proposta financeira. Em caso de discrepância entre a versão eletrónica e a versão original impressa prevalece a versão impressa.

Recorda-se aos proponentes que o orçamento máximo afetado ao contrato, tal como referido no aviso de concurso, é de MZN 6.475.000,00. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados na moeda nacional da proposta.

As disposições fiscais e aduaneiras aplicáveis são as seguintes:

##### Isenção de impostos

Não existe acordo (total ou parcial) de isenção fiscal entre a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento e Moçambique no âmbito deste procedimento.

#### **5. Variantes**

Os proponentes não são autorizados a apresentar uma variante além desta proposta.

#### **6. Prazo de manutenção das propostas**

Os proponentes ficam vinculados pelas suas propostas durante 90 dias a contar da data-limite de apresentação das propostas ou enquanto não forem notificados da não adjudicação. Em casos excecionais, a entidade adjudicante pode, antes do termo do prazo de manutenção das propostas, solicitar aos proponentes a prorrogação desse prazo por um período não superior a 40 dias.

O proponente selecionado deve manter a sua proposta por um prazo suplementar de 60 dias. O período suplementar de 60 dias é acrescentado ao prazo de validade, independentemente da data de notificação. Este período pode ser prolongado se for solicitado à entidade adjudicante que obtenha a recomendação do painel referido no artigo 2.6.10.1.1 do guia prático, até à adoção da recomendação.

#### **7. Informações complementares antes da data-limite de apresentação das propostas**

Os proponentes podem apresentar perguntas por escrito até 10 dias antes do termo do prazo de apresentação das propostas, devendo indicar a referência da publicação e a designação do contrato:

Roberta Blandino  
Rua Damião de Gois, 381 Maputo  
Correio eletrónico: maputo@aics.gov.it

A entidade adjudicante não é obrigada a prestar quaisquer esclarecimentos sobre as perguntas recebidas após esta data.

Os proponentes que tentem entrar pessoalmente em contacto com a entidade adjudicante e/ou o governo do país parceiro a respeito do contrato durante o período do concurso poderão ser excluídos do mesmo.

Os eventuais esclarecimentos respeitantes ao processo de concurso devem ser comunicados simultaneamente por escrito a todos os proponentes, o mais tardar 8 dias antes do prazo de apresentação das propostas.

Não está planeada qualquer reunião de informação.

Não está planeada qualquer visita ao local de execução.

Não são organizadas visitas pelos potenciais proponentes durante o período do concurso.

## 8. Apresentação de propostas

As propostas devem ser enviadas à entidade adjudicante antes de 01/12/2022 às 16.30 horas.

As propostas devem incluir todos os documentos exigidos na cláusula 4 e ser enviadas:

**QUER** por correio ou por serviços de entrega, fazendo fé, neste caso, o carimbo dos correios ou a data do recibo de entrega<sup>1</sup>, para:

Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento

Rua Damião de Góis, 381, Maputo, Moçambique

**QUER entregues em mão** pelo participante ou por um agente **diretamente** nas instalações da entidade adjudicante, contra entrega de um **aviso de receção assinado e datado**, caso em que faz fé o aviso de receção, a:

Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento

Rua Damião de Góis, 381, Maputo, Moçambique

O horário de abertura e encerramento:

a) Todos os dias úteis, excepto sábado:

Abertura: às 8:00 horas

Encerramento: às 16:30 horas

b) Sexta-feira:

Abertura: às 8:00 horas

Encerramento: às 14:00 horas

c) Domingos: descanso semanal.

A entidade adjudicante pode, por razões de eficácia administrativa, rejeitar qualquer pedido de participação ou proposta apresentada nos serviços de correio dentro do prazo, mas que, por qualquer razão que escape ao controlo da entidade adjudicante, tenha sido recebida após a data efetiva de aprovação do relatório de pré-seleção ou do relatório de avaliação, caso a aceitação de pedidos de participação ou de propostas apresentados atempadamente, mas recebidos fora do prazo, seja suscetível de atrasar consideravelmente o

---

<sup>1</sup> Recomenda-se que o envio seja feito por correio registado para o caso de o carimbo dos correios não ser legível.

procedimento de avaliação ou comprometer decisões já tomadas e notificadas.

As propostas devem ser apresentadas utilizando o sistema de duplo sobrescrito, ou seja, um invólucro ou sobrescrito exterior contendo dois sobrescritos fechados distintos, um dos quais deve ostentar a menção «**Sobrescrito A — Proposta técnica**» e o outro «**Sobrescrito B — Proposta financeira**». Todas as partes da proposta que não as propostas financeiras devem ser inseridas no sobrescrito A (ou seja, o formulário de apresentação da proposta, as declarações de exclusividade e de disponibilidade dos peritos principais e outras declarações).

No sobrescrito exterior devem figurar as seguintes informações:

- a) O endereço para a apresentação das propostas acima indicado;
- b) O código de referência do concurso (ou seja, **CIG 9486793D3B**);
- c) A expressão «Não abrir antes da sessão de abertura das propostas»;
- d) O nome do proponente.

Cada envelope deve conter um índice. As páginas das propostas técnica e financeira devem ser numeradas.

## **9. Modificação ou retirada das propostas**

Os proponentes podem modificar ou retirar as suas propostas através de uma notificação escrita, antes da data-limite de apresentação das propostas. As propostas não podem ser modificadas após o termo do prazo para a sua apresentação.

Tal notificação de modificação ou de retirada deve ser elaborada e apresentada em conformidade com a cláusula 8. O sobrescrito exterior (bem como o respetivo sobrescrito interior) deve ostentar a menção «Modificação» ou «Retirada», consoante o caso.

## **10. Custos de elaboração das propostas**

Não serão reembolsados quaisquer custos incorridos pelo proponente com a elaboração e apresentação da proposta. A totalidade desses custos fica a cargo do proponente, incluindo os custos incorridos com a eventual entrevista dos peritos propostos.

## **11. Propriedade das propostas**

A entidade adjudicante conserva a propriedade de todas as propostas apresentadas no âmbito do presente concurso.

## **12. Avaliação das propostas**

A abertura das propostas recebidas não é pública.

Uma vez abertas pela entidade adjudicante, as propostas passam a ser propriedade sua e serão tratadas confidencialmente.

### **12.1. Avaliação das propostas técnicas**

A qualidade de cada proposta técnica será geralmente avaliada de acordo com os critérios de adjudicação e a respetiva ponderação, tal como especificado na grelha de avaliação que figura na Parte C do presente processo de concurso. Não serão aplicados quaisquer outros critérios de adjudicação. Os critérios de adjudicação serão examinados em conformidade com os requisitos precisados no caderno de encargos.

A avaliação das propostas técnicas será efetuada de acordo com os procedimentos referidos no artigo 3.4.10.3 do guia prático (disponível no sítio: <https://wikis.ec.europa.eu/pages/viewpage.action?pageId=44169624>).

#### **12.1.1. Entrevistas**

Não estão previstas entrevistas.

#### **12.2. Avaliação das propostas financeiras**

Após a conclusão da avaliação técnica, proceder-se-á à abertura dos sobrescritos que contêm as propostas financeiras relativamente às propostas que não tenham sido eliminadas no decurso da avaliação técnica (ou seja, as que têm uma pontuação média igual ou superior a 75 pontos). As propostas que excedam o orçamento máximo disponível para o contrato não serão aceites, pelo que não serão objeto de uma avaliação mais aprofundada.

#### **12.3. Escolha do adjudicatário**

A proposta economicamente mais vantajosa será selecionada ponderando a qualidade técnica em relação ao preço numa base 80/20.

#### **12.4. Confidencialidade**

Todo o processo de avaliação é confidencial, sob reserva da política da entidade adjudicante em matéria de acesso aos documentos. As decisões da comissão de avaliação são coletivas e as suas deliberações são secretas. Os membros da comissão de avaliação são obrigados a respeitar a confidencialidade. Os relatórios de avaliação e as atas escritas são documentos exclusivamente internos, que não podem ser comunicados aos proponentes nem a qualquer outra parte além da entidade adjudicante, a Comissão Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude, a Procuradoria Europeia e o Tribunal de Contas Europeu.

### **13. Cláusulas deontológicas e código de conduta**

#### **a) Inexistência de conflitos de interesses**

O proponente não poderá estar numa situação de conflito de interesses nem ter nenhuma ligação específica a este respeito com outros proponentes ou partes que participam no projeto. Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de obter informações confidenciais, concluir acordos ilícitos com os seus concorrentes ou influenciar a comissão de avaliação ou a entidade adjudicante durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação e comparação de propostas conduzirá à rejeição da respetiva proposta e pode resultar em sanções administrativas, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro em vigor.

#### **b) Respeito pelos direitos humanos e cumprimento da legislação ambiental e das normas laborais fundamentais**

O proponente e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados. Os proponentes e requerentes aos quais tenham sido adjudicados contratos devem cumprir, em particular e em conformidade com a legislação de base aplicável, a legislação em matéria de ambiente, incluindo acordos ambientais multilaterais, e as normas laborais fundamentais, conforme aplicáveis e definidas nas convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (nomeadamente as convenções sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e obrigatório e a abolição do trabalho infantil).

**Tolerância zero no respeitante à exploração sexual, ao abuso e ao assédio:**

A Comissão Europeia pratica uma política de «tolerância zero» em relação a todos os comportamentos ilícitos que influenciem a credibilidade profissional do proponente.

São proibidas todas as formas de violência e castigos corporais, ou ameaças de violência e castigos corporais, de abuso ou exploração sexual, de assédio ou violência verbal, bem como quaisquer outras formas de intimidação.

c) Luta contra a corrupção e o suborno

O proponente deve cumprir toda a legislação aplicável e os códigos e regulamentos em matéria de luta contra o suborno e a corrupção. A Comissão Europeia reserva-se o direito de suspender ou anular o financiamento dos projetos, caso sejam detetadas quaisquer práticas de corrupção em qualquer fase do processo de adjudicação do contrato ou durante a execução de um contrato e a entidade adjudicante não tome todas as medidas adequadas para corrigir a situação. Nos termos da presente disposição, por «práticas de corrupção» entende-se qualquer oferta de suborno, presente, gratificação ou comissão, a título de incentivo ou de recompensa, para que alguém realize ou se abstenha de realizar atos relacionados com a adjudicação de um contrato ou com a execução de um contrato já celebrado com a entidade adjudicante.

d) Despesas comerciais extraordinárias

Uma proposta será rejeitada ou um contrato rescindido se se verificar que a adjudicação do contrato ou a sua execução deu origem ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. Tais despesas comerciais extraordinárias são as comissões não mencionadas no contrato principal ou não resultantes de um contrato corretamente celebrado e relacionado com o contrato principal, as comissões não pagas em contrapartida da prestação de um serviço legítimo e efetivo, as comissões pagas num paraíso fiscal, as comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado e as comissões pagas a uma empresa que apresente todas as características de uma empresa de fachada.

Os adjudicatários de contratos relativamente aos quais se prove terem financiado despesas comerciais extraordinárias relacionadas com projetos financiados pela União Europeia ficam sujeitos, em função da gravidade dos factos provados, à rescisão dos seus contratos, ou deixarão definitivamente de poder beneficiar de financiamentos da UE.

e) Incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude

A entidade adjudicante reserva-se o direito de suspender ou anular o procedimento de adjudicação sempre que se prove que o procedimento foi objeto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude. Se, após a adjudicação do contrato, se verificar que o procedimento de adjudicação de contratos foi marcado por incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude, a entidade adjudicante pode optar por não celebrar o contrato.



## **14. Assinatura do(s) contrato(s)**

### **14.1. Notificação da adjudicação do contrato**

O resultado do presente processo de concurso será comunicado aos proponentes por escrito.

### **14.2. Assinatura do(s) contrato(s)**

O proponente selecionado dispõe de 30 dias a contar da data da receção do contrato já assinado pela entidade adjudicante, para o assinar, datar e devolver à entidade adjudicante.

O incumprimento desta obrigação por parte do proponente selecionado pode constituir um motivo para a anulação da decisão de adjudicação do contrato. Nesse caso, a entidade adjudicante pode adjudicar o contrato a um outro proponente ou anular o concurso.

Paralelamente à notificação da adjudicação, os outros proponentes são informados de que as suas propostas não foram aceites através de meios eletrónicos ou por uma carta tipo em que são precisadas as insuficiências relativas da respetiva proposta, através de um quadro comparativo no qual são indicadas as pontuações obtidas pela proposta selecionada e as pontuações obtidas pela proposta eliminada. O proponente que obteve a segunda melhor pontuação é informado da notificação da adjudicação ao proponente selecionado com reserva da possibilidade de receber uma notificação de adjudicação a este proponente caso se afigure impossível assinar o contrato com o proponente selecionado. O proponente que obteve a segunda melhor pontuação pode recusar a adjudicação do contrato se, na data em que receber a notificação, os 90 dias de validade do contrato tiverem expirado.

Além disso, a entidade adjudicante informa simultaneamente os demais proponentes preteridos do resultado do procedimento de adjudicação. O envio destas cartas significa que as suas propostas deixam de ser válidas.

## **15. Anulação do concurso**

Em caso de anulação de um concurso, a entidade adjudicante notifica todos os proponentes desse facto.

Se o concurso for anulado antes da abertura do sobrescrito exterior das propostas, os sobrescritos não abertos e fechados serão devolvidos aos proponentes.

A anulação pode ocorrer, por exemplo:

- nos casos em que um concurso se revelou infrutífero, ou seja, não surgiu qualquer proposta suficientemente meritória a nível qualitativo ou financeiro para ser aprovada ou não foram apresentadas quaisquer propostas;
- se os elementos técnicos ou económicos do projeto tiverem sido fundamentalmente alterados;
- em circunstâncias excecionais ou de força maior que impossibilitem a execução normal do contrato;
- se todas as propostas conformes às especificações técnicas excederem os recursos financeiros disponíveis;
- se tiver havido incumprimentos, irregularidades ou fraudes substanciais no processo nomeadamente se impediram uma concorrência leal;
- quando a adjudicação não é conforme aos princípios de boa gestão financeira, ou seja, não respeita os princípios de economia, eficiência e eficácia (por exemplo, o preço proposto pelo proponente ao qual o contrato é adjudicado é objetivamente desproporcionado em relação ao preço do mercado).

A entidade adjudicante não é responsável por quaisquer danos, incluindo, a título não exaustivo, indemnizações por lucros cessantes de algum modo relacionados com a anulação do concurso, ainda que tenha sido advertida da possibilidade desses danos. A publicação de um anúncio de contrato não é

constitutiva de uma obrigação imputável à entidade adjudicante no que respeita à execução do programa ou do projeto anunciado.

#### **16. Vias de recurso**

Os proponentes que se considerem lesados por um erro ou uma irregularidade cometida no âmbito de um processo de adjudicação podem apresentar uma reclamação. Para mais informações, ver o artigo 2.12. do guia prático.

#### **17. Proteção de dados**

O tratamento, pela entidade adjudicante, de dados pessoais relacionados com o presente concurso é efetuado em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante e com as disposições da respetiva convenção de financiamento.

#### **18. Sistema de deteção precoce e de exclusão**

Os proponentes e, caso sejam entidades jurídicas, as pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre essas entidades, serão informados de que, caso se encontrem numa das situações de deteção precoce ou de exclusão, os seus dados pessoais (apelido e nome próprio (se se tratar de uma pessoa singular), endereço, forma jurídica e apelido e nome próprio das pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo (se se tratar de uma pessoa coletiva) podem ser registados no sistema de deteção precoce e de exclusão e comunicados às pessoas ou entidades competentes em relação à adjudicação ou à execução de um contrato.